

ATA DA REUNIÃO DE ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE FARTURA
20.06.2011

Às 19 h 30 min, tiveram início os trabalhos de elaboração do Plano Diretor de Fartura, no prédio da Câmara Municipal da cidade. Com a palavra, Marcos explicou para a plenária as etapas já realizadas na elaboração do PD. Comentou sobre as rodadas de capacitação em decorrência de novos engajamentos. A partir, foi feita uma rápida leitura da gestão da Política Urbana e Marcos comentou a respeito das revisões do PD, como instrumento de manutenção do plano e suas atualizações. A gestão participativa é fundamental para que o PD atinja seus objetivos de política pública. Comentou Marcos a respeito do Conselho Gestor do Plano Diretor, GTA, Sistemas de Informações Municipais e Fundo Municipal do Plano Diretor. Marina disse que quanto maior o número de participantes do Conselho, menor é a eficiência do mesmo. Marcos discordou, dizendo que a gestão participativa depende do maior número possível de Conselheiros. Eliana comentou da necessidade de revisão do PD de Itaí, onde o mesmo não mais atende aos anseios da população. Baqueta falou sobre o crescimento de Itaí, que deverá futuramente acolher uma regional da SABESP. Marcos falou que os Conselhos não podem ser dissolvidos, sob pena de o PD acabar, pois o poder executivo tem dificuldades em aceitar governar segundo as diretrizes do PD. Marina perguntou se porcentagens do orçamento do município poderiam ser destinados aos conselhos setoriais e Marcos disse que o PD pode contemplar essa sugestão. Comentou, Marcos, sobre a Agenda 21, de onde emana o PD. O Sistema de Informações Municipais possui papel fundamental nos assuntos que dizem respeito à coletividade e precisa ser atuante. A seguir, passou-se ao segmento da política habitacional, com Silmara conceituando habitação de baixo custo, habitação de baixa renda, habitação popular, habitação de interesse popular, habitação de mercado popular e moradia econômica. Indagou sobre a área mínima da HIS e sobre as discussões a respeito. Falou sobre a interatividade entre os segmentos da política urbana, habitação e assistência social e os princípios do PHLIS. A primeira minuta da política de habitação de Fartura foi lida e Marcos ressaltou a necessidade de sugestões para alterações e supressões até o texto final, que deverá estar concluído após aproximadamente cinco leituras. Baqueta falou sobre a falta de dados sobre o município, como carência real de moradias, quantificação e tipificação das estradas, entre outros. Esses dados, capazes de desencadear diagnósticos precisam ser levantados, disse Marcos. Sobre a questão dos lotes para habitação de interesse social, a prefeitura deverá desapropriar e lotear para que os preços sejam acessíveis aos compradores, fato que não acontecerá se o loteamento for feito por particulares disse Baqueta.. A questão da impermeabilização do solo em lotes muito pequenos foi lembrada por Marcos. Eliana comentou que existe um enfrentamento entre o ambientalmente correto e o socialmente possível nesta questão referente ao lote mínimo. Ricardo sugeriu terreno com 125 m², porém com testada média de 7,0 metros. Essa metragem, segundo Ricardo não deveria ser permitida nas áreas centrais da cidade. Pelo andamento das discussões, a opção da plenária é pela Fartura socialmente possível. Eliana comentou o que vem ocorrendo em Itaí, onde lotes que fogem do padrão estabelecido pelo PD não conseguem se regularizar. Pela complexidade da discussão, a decisão ficará para a próxima leitura. A seguir, Silmara deu prosseguimento à leitura do texto, com algumas sugestões feitas por Marina e Vagner Baqueta. Marcos novamente falou sobre a estrutura do PD, que deve contemplar Princípios, Conceitos, Diretrizes e Objetivos Gerais. No decorrer da leitura, várias sugestões surgiram para alterações e supressões no texto. Trabalhos encerrados às 21 h 50 min.